

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data 1 / 1 / 1992
Cod. I4D00098

RELATORIO DE ATIVIDADES DO PROJETO PROJECT DEVELOPER

Engenheiro Agrônomo Heleio M. de Souza

Brasília, dezembro de 1992

I-APRESENTAÇÃO

Este documento constitui o primeiro relatório de atividades do Projeto "Project Developer" (PPD), desenvolvido pela Fundação Mata Virgem, apoiado pela RFF-Noruega e viabilizado com recursos da NORAD, instituição do governo norueguês.

Este Projeto objetiva dinamizar e tornar mais eficiente a prática de desenvolvimento de projetos que estejam em harmonia com os objetivos da Fundação Mata Virgem (FMV)/Rainforest Foundation International (RFFI): proteção das florestas tropicais, uso sustentável dos recursos florestais e defesa dos direitos das populações indígenas.

Os quase quatro anos de existência da FMV caracterizaram-se por um intenso processo de aprendizagem na difícil tarefa de mediar um promissor e necessário diálogo, envolvendo, por um lado, a solidariedade da sociedade civil internacional, e por outro, comunidade indígenas brasileiras, responsáveis pela preservação de um dos mais ricos legados para o futuro do planeta: a sóciobiodiversidade de suas florestas tropicais. Entre erros e acertos, o saldo é uma experiência acumulada indicando o caminho do mútuo amadurecimento na conquista de um diálogo permanente e conseqüente.

No bojo deste amadurecimento criou-se o Projeto Project Developer. O início do Projeto se deu em maio de 1992, a partir da contratação do Engenheiro Agrônomo Hércio Marcelo de Souza. A escolha do profissional deu-se a partir de uma seleção de vários currículos recebidos pela FMV, os quais passaram por análises do Conselho Administrativo e RFF-Noruega, culminando o processo de seleção com uma entrevista final. Considerou-se a experiência anterior em projetos na área de meio ambiente e populações indígenas, bem como a disponibilidade para viajar e permanecer o tempo necessário nas áreas indígenas, como critérios fundamentais para a seleção.

O PPD resumiu-se na viabilização do trabalho de um profissional, que deve assumir, a partir da orientação do Conselho Administrativo da FMV, o trabalho de desenvolvimento de projetos. Estão previstos no orçamento do Projeto a remuneração do referido profissional, bem como os gastos de escritório e de viagens para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos.

Entre as atribuições previstas para um Project Developer, destacam-se:

1- A capacidade de identificar e analisar demandas e reivindicações das comunidades indígenas, colocando-as como ponto de partida para a elaboração de projetos.

2-Elaboração de projetos ou participar da elaboração, quando solicitado, desenvolvendo um conjunto de propostas que, como um todo, evidenciem um perfil claro de trabalho, de acordo com os objetivos da FMV.

3- Propugnar para que os projetos conttenham definições claras sobre as metas a serem alcançadas, metodologia, cronogramas, demandas de recursos financeiros e humanos e, quando necessário, definir etapas dos projeto e estipulação dos respectivos desembolsos.

4- Acompanhar, sempre que possível, a execução de todos os projetos da FMV, assegurando que os mesmos se desenvolvam em conformidade com as diretrizes e orçamentos acordados pelas partes.

5- Estar capacitado a apresentar informes sobre a etapa de um determinado projeto, ou proceder sua avaliação, quando solicitado.

6- Deve estar preparado para se deslocar às áreas indígenas para acompanhamento e desenvolvimento de projetos. Durante estes deslocamentos, o técnico em desenvolvimento de projetos deverá estar disposto a permanecer na região, ainda que sob condições materiais precárias, pelo período necessário para o trabalho proposto.

II- SUMARIO

I-APRESENTAÇÃO

II-SUMARIO

III-RELATÓRIO

A-PROJETOS DESENVOLVIDOS DESDE 1991

- 1-Projeto Mercúrio
- 2-Projeto Integrado de Saúde Para o Xingu
- 3-Projeto Fronteiras

B-PROJETOS ELABORADOS EM 1992

- 1-Projeto Escola dos Povos Xinguanos
- 2-Projeto Kaytuka
- 3-Projeto Panará
- 4-Projeto de Apoio a Comercialização dos Excedentes Ocasionais do Parque do Xingu
- 5-Plano Integrado de Ação Para a A.Menkragnoti

C-RELATO DA VIAGEM AO PARQUE DO XINGU

- 1-Os Postos Indígenas
- 2-O Cotidiano das Aldeias
- 3-O Questionamento dos Índios
- 4-Reuniões Realizadas
- 5-Os Problemas de Logística
- 6-A relação Com a Sociedade Envolve

D-ATIVIDADES NO ESCRITÓRIO E A RELAÇÃO COM O STAFF

IV-CONCLUSÕES

V-ANEXOS

- 1-Projeto Escola dos Povos Xinguanos
- 2-Projeto Kaytuka
- 3-Projeto Panará
- 4-Subsídios Para Elaboração de um Plano Integrado de Ação Para a Área Menkragnoti
- 5-Proposta de Plano Integrado

III-O-RELATORIO

A-Histórico dos projetos na FMV

1-Projeto Mercúrio

O Projeto Mercúrio está sob a coordenação do professor visitante da Universidade de Brasília (UnB), Aguinaldo Gonçalves, envolvendo uma equipe multidisciplinar de mais de uma dezena de especialistas. Em agosto de 1991, foi encaminhado ao Conselho Administrativo da FMV, que aprovou a realização do diagnóstico preliminar por contaminação por mercúrio em áreas indígenas.

Na área escolhida, onde localizam-se as aldeias Gorotire e Kikretum, dos Kayapô, realizaram-se análises dosimétricas que levaram a conclusões alarmantes. Segundo o Professor Aguinaldo, amostras de cabelos, sangue e urina coletadas de 345 pessoas envolvendo índios e garimpeiros da região, revelou altos índices de contaminação por metilmercúrio em 100% dos índios e 90% dos garimpeiros. Vale dizer que o metil-mercúrio se acumula no organismo e acaba provocando lesões neurológicas irreversíveis podendo levar até a morte.

Atualmente, com apoio financeiro da Rainforest Japonesa, a equipe do referido projeto está realizando uma nova etapa do trabalho que envolve: conclusão das análises do material colhido na primeira fase; caracterização clínica das grávidas, puérperas e recém-nascidos, contaminados por mercúrio; e informação para as pessoas estudadas da sua condição de contaminação e da viabilização dos devidos recursos assistenciais.

Este projeto tende a adquirir importância crescente como instrumento de conscientização das comunidades que vem sendo vítimas das frentes de exploração garimpeira, e que, na maioria das vezes, estão totalmente desinformadas das consequências negativas que se lhes avizinha a médio e longo prazo. Para a própria FMV, os resultados tendem a ser bastante úteis no diálogo com as comunidades das A.I. Menkragnoti e Baú, fornecendo elementos para que as lideranças tradicionais mais próximas possam se contrapor às pressões e ações dos garimpeiros.

2-Projeto Integrado de Saúde para o Xingu

Em 18 de junho de 1991, após um período de entendimentos, deu-se a primeira liberação de recursos da RFFI-FMV para o Projeto de Saúde a ser desenvolvido juntamente com a Escola Paulista de Medicina (EPM) no Parque Indígena do Xingu (PIX).

As atividades da EPM no PIX tiveram início nos meados da década de 1960 e prosseguiram sem interrupção até o presente, estabelecendo-se ao longo do tempo um estreito relacionamento com a sua população. A última avaliação de atividades apresentada pela Coordenação do Projeto, enfatizava que "... o propósito da EPM, como escola médica tem sido sempre o de colaborar na assistência a saúde dos índios do PIX, procurando, para isso, atuar em consonância com a FUNAI e a direção do PIX. Assim sendo, continua o documento, é evidente que as ações de saúde no PIX, de forma global, têm sofrido ao longo dos anos, os reflexos das políticas de saúde do governo federal para as populações indígenas do país e das verbas que são destinadas a FUNAI para atender essas populações."

"Nesse sentido, a inserção do Projeto de Saúde (FMV-EPM-PIX) ocorreu num momento crucial, quando a falta de definição de uma política de saúde para o índio e a escassez de recursos, em parte decorrente da presente situação econômica do país, colocaram em risco as condições de saúde da população do PIX. Caso isso viesse a ocorrer, haveria inclusive o risco dos índios serem compelidos a aceitar recursos das madeireiras e exploradores de garimpos, ávidos de ingressarem na área do Parque como já vem ocorrendo em outras áreas."

A partir de então, EPM e FMV passaram a intensificar o apoio a saúde daquelas comunidades. No decorrer desta período de atividades do Projeto, pouco mudou o quadro de ausência da FUNAI. Até quando, recursos oriundos da solidariedade internacional terão que ser utilizados para tapar buracos do Estado, este é o grande questionamento do presente..

A equipe do Projeto, segundo sua coordenação, tem se empenhado em pressionar o Estado para cumpra suas funções. Para tanto tem-se considerado fundamental a conscientização das comunidades de que esta, é uma luta delas, e de que o apoio, nos níveis atuais, dado pela FMV, tem um caráter emergencial, e de que a garantia de uma maior autonomia na área da saúde só será conseguida quando houver uma contrapartida tanto do Estado quanto das próprias comunidades.

O maior desafio colocado ao Projeto de Saúde, esta portanto em conseguir articular, conjuntamente com as lideranças indígenas, um movimento de construção de um verdadeiro sistema integrado e inter-institucional no atendimento a saúde do índio. De formas que as várias agências estatais cumpram efetivamente suas atribuições, permitindo tanto a EPM aprofundar suas atribuições específicas, quanto a própria FMV, canalizar para outra faixa de demandas, parte do substancial recurso que hoje é destinado ao apoio a saúde.

Dentro do panorama descrito, o Projeto tem dado especial ênfase a formação de monitores indígenas de saúde, na

desenvolvido pelo referido projeto.

Uma característica que os Postos vêm assumindo, além da sua função de segurança contra as invasões do Parque, é de se tornarem pontos de apoio para as Aldeias mais próximas, inclusive nas suas incursões as cidades vizinhas, na busca de produtos manufaturados que fazem parte das novas necessidades de contato. Esta característica acaba assumindo importância, na medida em que os Postos passam a exercer um verdadeiro "poder tampão", ao permitir que os índios ao se deslocarem as cidades possam ter, no posto, uma segurança e uma autoridade indígena a quem recorrer. Assim, eles deixam de ficar inteiramente a mercê somente dos interesses dos poderes locais, geralmente voltado a lhes espoliar.

Uma primeira constatação quanto as dificuldades vividas pelos Chefes de Posto, está no relativo isolamento e abandono vivido pelos mesmos. Os PIVs., na sua maioria, encontram-se distantes dos principais Postos Indígenas, onde há um relativo apoio administrativo e em saúde, o único acesso aos Postos indígenas é por barco, exigindo pelo menos um dia de viagem. A falta de combustível para uma mobilidade mínima é a principal reclamação feita pelos Chefes. Quase sempre a cota de combustível que recebem da FUNAI é suficiente apenas para garantir eventuais deslocamentos em casos de emergência da própria família, ficando a fiscalização dos limites, mesmo os mais próximos, relativamente prejudicada.

A maioria dos chefes de Postos não receberam um treinamento mínimo capaz de lhes fornecer as informações básicas para um eficiente exercício da função. Em minha viagem, pude perceber que lhes falta, inclusive, a orientação de como proceder quando encontram invasores dentro da área. Devem urgentemente portanto, ter acesso as portarias legais que lhes de autoridade no exercício da fiscalização, principalmente a legalização de multas e direito a apreensão de armas e materiais de pesca dos invasores.

Os postos de vigilância foram construídos estrategicamente para permitir o controle das invasões por via fluvial a partir dos rios que adentram ao interior do Parque, esta primeira fase do Projeto demonstrou que, mesmo com algumas deficiências iniciais, este objetivo vem sendo cumprido. No entanto, um dos principais problemas na proteção do Parque, a ser resolvido, diz respeito à proteção das linhas secas dos limites, tornando-se necessário a adoção de soluções concretas e viáveis.

A maior parte dos limites é constituída por centenas de quilômetros de linhas secas, temporariamente visíveis através de picadas demarcatórias. A vizinhança destas linhas é constituída basicamente por fazendas de pecuária, projetos de colonização e exploração madeireira. As únicas formas de investigação de possíveis invasões nestas áreas é através de sobre-vôos ou expedições a pé, acompanhando as picadas. Nos últimos anos, nenhuma das duas estratégias foram realizadas, devido principalmente a falta de recursos. Tal fato, em última análise, evidencia o desconhecimento da real situação dos recursos naturais indígenas nestas extensas faixas de fronteira.

Uma parte desta primeira etapa do Projeto Fronteiras vem justamente de encontro a busca de alternativas ao

problema da segurança das linhas secas. Uma das alternativas preconizadas pelo Projeto é o plantio de plantas sinalizadoras (árvores com textura diferenciada da floresta nativa) no percurso das picadas demarcatórias, visando, primeiramente, viabilizar a perenização vegetativa das mesmas; assim evitando as periódicas e caras reaberturas de picada; tal alternativa permitirá uma visualização aérea do êxato local das linhas, permitindo um controle de possíveis invasões.

A primeira fase do plantio das árvores sinalizadoras nos limites, envolvia a formação de viveiros de mudas em cada um dos postos de vigilância. Este objetivo foi cumprido parcialmente devido a uma série de problemas: a maior parte do tempo dos chefes de posto foi dedicada a construção da estrutura física mínima de cada PIV. Por outro lado, há desconhecimento dos chefes de PIV da importância da referida atividade dentro da estratégia maior de proteção dos limites. Existem muitas dúvidas técnicas, principalmente a nível da dinâmica da regeneração natural nas picadas, bem como das espécies que melhor se adaptarão nestes microecossistemas de formas a cumprir com a função exigida.

A nível concreto foi construído um viveiro julgado adequado no Posto Indígena Pavuru, pelo Engenheiro Agrônomo Cesar Destro; técnico do Parque. No mesmo posto sendo realizadas pesquisas experimentais de adaptação de espécies vegetais potenciais a serem utilizadas. A nível de Postos de Vigilância, realizou-se, quando da visita do técnico de desenvolvimento de projetos ao PIV Stein, um trabalho demonstrativo de produção de mudas, oportunidade em que se iniciou a construção do viveiro do respectivo Posto.

B-Novos Projetos Desenvolvidos em 1992r

1-Projeto Escola dos Povos Xinguanos

Constitui-se numa das principais reivindicações das comunidades xinguanas, e para a qual a FMV a algum tempo vem desenvolvendo articulações para sua efetivação.

Uma primeira tentativa ocorreu durante o ano de 1990, quando a antropóloga Mariana Kawall Leal Ferreira, desenvolveu uma ampla consulta as comunidades e a posteriori elaborou uma proposta de projeto de educação. Na oportunidade, o mesmo suscitou um acalorado debate no Conselho Consultivo da FMV, sem que fosse alcançado o consenso necessário para a sua aprovação, em parte devido aos elevados custos.

Em minha viagem de desenvolvimento de projetos ao Parque do Xingu, pude perceber que a problemática da educação para as comunidades locais, ultrapassa o mero ato reivindicatório, pois mesmo sem apoio externo, já vem funcionando algumas classes, por iniciativa dos próprios índios. O exemplo clássico para todos aqueles que conhecem o Parque é a Aldeia Tuiararé, do povo Kayabi. Ali, em uma escola construída de palha e com mesas e bancos feito de pau, aulas vêm sendo administradas por professores da própria aldeia. Mesmo com pouco apoio, eles realizam uma obra verdadeiramente digna de nota. Muito me emocionou numa conversa com o professor Mayrata Kayabi, a sua preocupação com os materiais escolares que estavam acabando, bem como seu entusiasmo para com a roça que seus alunos estavam fazendo para produzir a própria merenda escolar.

A partir do primeiro semestre de 1992, período no qual a FMV já contava então, com presença de seu técnico em desenvolvimento de projetos é retomada a elaboração de um projeto de educação para o Xingu..

O desencadeamento deste deu-se com a comunicação da RFFI-Noruega da possibilidade de financiamento para projetos de educação indígena, a partir de recursos oriundos de um movimento de captação de recursos realizado por jovens estudantes noruegueses, para serem aplicados no apoio a projetos de educação em países do terceiro mundo. Era estabelecido um prazo para o envio do projeto ao comitê de seleção. Tornou-se então necessário elaborar-se um projeto dentro do calendário previsto, ou seja, até o final de julho de 1993. Em função da sua urgência, o Conselho administrativo aprovou seu envio, ficando para posterior sua apreciação.

Mesma com a exiguidade do tempo, essa versão

provisória conseguiu cumprir seu objetivo de passar na primeira fase de seleção de projetos, realizada pelos estudantes noruegueses. O Conselho Administrativo da FMV posteriormente apreciou o Projeto, sugerindo a sua reformulação, de forma a torna-lo exequível e competitivo na segunda e última fase de seleção de projetos.

Com recursos do Projeto "Project Developer" passou-se então a articulações para a nova elaboração do Projeto, o que permitiu mobilizar um grupo de professores com reconhecida experiência em educação e linguística e em trabalhos com as comunidades xinguanas. A primeira reunião deste grupo, aconteceu no dia 19 de novembro último, com a participação das Conselheiras Carmem Junqueira e Betty Mindlin, e do Presidente do Conselho Administrativo, Roberto Baruzzi; da Linguista da UNICAMP, Professora Lucy Seky; coordenadora de um amplo estudo linguístico que vem sendo realizado no PIX; das educadoras Maria Elisa Leite, Marina Kahan, Neuza Haruê e Maria Cristina Troncarelli; todas com experiência educacional com os povos do Xingu, e do técnico em desenvolvimentos de projetos da FMV, Helcio Souza.

Na oportunidade, avaliou-se os desafios atuais colocados para uma experiência educacional no Xingu, definiu-se alguns pontos principais que devem constituir um projeto realista e coerente. E finalmente, estabeleceu-se encaminhamentos e um cronograma de trabalho para a reelaboração final do projeto.

2-Projeto Kaytuka

Objetiva viabilizar e tornar mais eficiente o funcionamento da lancha kaytuka, de propriedade da Fundação Mata Virgem, que vem sendo utilizada no apoio as comunidades xinguanas e nos projetos em desenvolvimento no Parque Indígena do Xingu.

A vida das comunidades xinguanas acompanha o ritmo das águas do Rio Xingu e seus afluentes. Nas suas margens concentram-se a maioria das aldeias, o que faz com que os rios se constituam no principal elo de ligação e transporte das comunidades. Também para a FMV, a navegabilidade nos rios constitui requisito importante para a logística de seus projetos.

No intuito de cumprir este requisito, adquiriu-se em 1990 a Lancha de nome Kaytuka, também conhecida pelas comunidades por Lancha da Mata Virgem. Possui capacidade para 12 toneladas; servindo para transporte de cargas pesadas, ajudando assim a suprir a deficiência do sistema de transportes do Parque como um todo.

Apesar da indiscutível importância da lancha Kaytuka, ainda persistem alguns problemas a serem resolvidos. Uma primeira, diz respeito a ausência de recursos específicos que garantam o funcionamento constante e as necessárias manutenção e reforma anual da lancha. A segunda dificuldade que o Projeto visa

resolver diz respeito a regulamentação da situação trabalhista da tripulação da lancha, inclusive definindo o prazo para que os próprios índios xinguanos assumam o controle operacional da mesma.

O Projeto prevê a implantação de um cronograma de viagem com itinerários regulares e constantes, permitindo a FMV, exercer uma plena coordenação no uso da mesma e possibilitando um apoio pontual e concreto a reivindicação das comunidades de uma maior confiabilidade e regularidade no uso da lancha.

3-Projeto Panará

Na esteira da política de desenvolvimento iniciada nos anos 70 pelo governo Médici, os Panará viram seu território tradicional ser cortada pela Rodovia BR-165 Cuiabá-Santarém que visava ligar a Amazônia ao Centro-Sul do Brasil. Em 1975, fazendeiros, colonos e garimpeiros, invadiram a região, inaugurando um contato prolongado e forçado que levou ao quase desaparecimento do grupo Panará. De uma população estimada em 600, mas seguramente superior a 350, em 1968 quando se iniciou o processo de contato, apenas 80 restaram quando em 1975, foram removidos para o Parque do Xingu. Hoje eles são 125, a maioria vivendo em sua Aldeia no Rio Arrais, no Parque do Xingu.

Em seu território imemorial os Panará ocupavam e defendiam uma área extensa, enquanto que a área que passaram a ocupar no PIX, por motivos sociais e ecológicos é uma fração muito pequena do mesmo, devido a serem eles o último grupo a se instalar no PIX, além do que sofrem problemas de adaptação devido as grandes diferenças fitogeográficas entre seu território imemorial e a área atualmente ocupada. Estar ali representa para os Panará uma carência permanente e sempre presente na base de recursos naturais que sustentavam seu modo de vida tradicional.

Estes fatos levaram os Panará a tomar a decisão de retornar a seu antigo ecossistema. Assim lideranças indígenas do PIX e, principalmente lideranças Panará procuraram a Fundação Mata Virgem para obter orientação para exigirem uma indenização do governo brasileiro e apoio na retomada do território imemorial.

Como consequência deste contato inicial, a Fundação Mata Virgem e os Panará desencadearam uma articulação maior envolvendo também o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), na condução das ações jurídicas de reparação de perdas e danos. Como representante da Environment Defense Fund (EDF), vem ocorrendo ativa participação do antropólogo Steve Schwartzman, que além do seu conhecimento e convivência com o grupo, é falante da língua Panará, o que vem facilitando o diálogo do grupo com as entidades de apoio. A quarta entidade a integrar o Projeto foi o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) que se

propos a assessorar a documentação do processo de retorno ao território imemorial, com a produção de um vídeo etnohistórico e monitoramento da situação da área por sensoriamento remoto.

4-Projeto de Apoio a Comercialização do Excedentes Ocasionais do PIX.

A pressão sobre as terras indígenas e seus recursos naturais, e a fascinação e irresistível das novas tecnologias e de produtos vindos do exterior, podem provocar um verdadeiro colapso em todo o sistema sócio-cultural e adaptativo das comunidades xinguanas. As novas demandas oferecem o risco de levar essas comunidades a ingressar numa economia, orientada por uma lógica mercantilista para a qual não estão devidamente preparados, e que em última análise lhes é quase sempre desfavorável.

Este contexto, onde o sistema tradicional indígena por si só não consegue viabilizar o suprimento das novas necessidades, vem impulsionando os índios a procurarem novos mecanismos de adaptação. As alternativas de sistemas de produção encontrados na região tem sido os próprios sistemas agropecuários convencionais, caracterizados pela degradação ambiental, e pela elevada dependência de insumos agro-químicos, incompatíveis com o modo de vida típico das comunidades xinguanas. A somatória destes elementos evidencia um perigoso impasse, que põem em perigo tanto a sobrevivência daquelas culturas, quanto a própria sustentabilidade dos recursos naturais do P.I.X..

É demasiado óbvio que, neste contexto, será necessário para os índios estabelecerem relações com a gigantesca sociedade envolvente, e que este processo levará necessariamente ao encontro de novas soluções. Os próprios índios devem ser protagonistas ativos em todo o processo, tendo por referência seus próprios modelos. O sistema de conhecimentos e técnicas indígenas tem demonstrado em várias ocasiões, sua capacidade expansiva e de adaptação a novas situações. O presente Projeto propõe desencadear um apoio concreto e eficiente a esta etapa de adaptação aos novos tempos vividos pelas comunidades xinguanas. Segue como modelo a própria FMV, que evidenciou aos índios ser possível o desenvolvimento de redes nacionais e internacionais de articulação com cidadãos dispostos a apoiá-los em sua luta pela preservação de sua identidade étnica.

A partir dessa lógica, o Projeto busca abrir novos canais de interlocução com a sociedade civil, buscando ampliar a rede de articulação com setores da sociedade brasileira que tenham uma atitude ética em relação aos povos indígenas. Essa articulação volta-se principalmente para grupos de consumidores de algumas cidades brasileiras, possuidores de uma consciência ampla sobre os valores implícitos em seus hábitos de consumo e, portanto receptivos a uma produção sadia e eticamente comprometida.

O projeto será desenvolvido conjuntamente pela

FMV, as comunidades xinguanas e a Associação de Agricultura Ecológica de Brasília (AGE). A AGE é uma entidade que congrega produtores e consumidores de produtos orgânicos de Brasília, é articulada com outros grupos de consumidores de outras cidades. Sua grande bagagem para o Projeto encontra-se na experiência que possui com mercados alternativos de consumidores, para os quais pretende viabilizar o acesso dos produtos indígenas.

A estratégia básica encontra-se no desenvolvimento de mecanismos que permitam agregar aos produtos indígenas, o seu valor cultural e ambiental e, conseqüentemente melhorar sua relação de troca com os produtos manufaturados, contrapondo-se assim, aos mercados regionais que ao contrário, desmerecem a produção indígena.

Vale enfatizar que este Projeto não objetiva incentivar as comunidades a produzirem excedentes para o mercado, em detrimento de todo um sistema sócio-cultural que regula os mecanismos da produção tradicional. Mas sim permitir um escoamento adequado para excedentes ocasionais, que são caracterizados principalmente pela sazonalidade e por serem frutos da otimização no aproveitamento dos recursos naturais, a partir da lógica do próprio grupo. Para tanto, pretende-se adaptar o mercado às características das culturas indígenas e, não o contrário.

O pano de fundo de todo o Projeto, será a busca da compreensão da lógica intrínseca aos sistemas tradicionais de produção, a partir de uma valorização e estudo da etno-biologia de cada grupo, propiciando uma ajuda concreta no seu processo de readaptação a nova realidade vivida.

5-Plano Integrado de Ação Para Área Menkragnoti

O ano de 1992 marcou para a FMV a concretização de parte do objetivo principal da sua criação. A custo de muita dedicação foi concluída a demarcação dos 4,9 milhões hectares da área Menkragnoti.

No entanto, após o imenso esforço realizado para esta demarcação, verifica-se o inexorável avanço das atividades madeireiras e garimpeiras sobre aquela área indígena, objeto da cobiça do modelo econômico predatório reinante atualmente em muitas áreas da Amazônia, principalmente por se tratar esta de uma das últimas grandes reservas de mogno do Brasil.

Portanto, mal vencido o desafio da demarcação, a FMV/RFFI se defronta com um desafio muito maior, que é o de se contrapor de forma eficiente e conseqüente, às atividades predatórias que ameaçam a Área Menkragnoti. A urgência em planejar ações que venham a contribuir para um futuro sustentado das florestas tropicais em áreas indígenas, levou a FMV, antes mesmo de terminada a demarcação, desencadear um profundo processo

interno de reflexão sobre como atuar na nova fase pós-demarcação.

O primeiro movimento foi na busca de uma articulação mais ampla que lhe desse amparo científico e político. Para tanto foram estabelecidos contatos com entidades e pesquisadores, principalmente antropólogos, com experiência e prestígio junto às comunidades Kayapó. O propósito é o de realizar um trabalho cooperativo, que passe primeiramente, pelo estabelecimento de estratégias de intervenção a curto, médio e longo prazo, bem como formar uma verdadeira coalizão de esforços para elaboração e implementação de projetos alternativos.

Na busca desta articulação e principalmente objetivando reunir elementos que lhe permitisse vislumbrar caminhos de ação, a FMV promoveu uma primeira reunião com um corpo de consultores, integrados por especialistas com larga experiência entre os Kayapó. Esta reunião realizou-se no dia 20 de outubro último, da qual participaram o Antropólogo Gustaff Verswijver (com larga experiência entre os Kayapó Menkragnoti), as antropólogas Lux Vidal e Isabelle Gianini (com importante trabalho nos Kayapó Xikrin), os Conselheiros da FMV, Roberto Baruzzi, Olympio Serra e Megaron Txucarramãe e, o Diretor Executivo e o técnico em projetos, respectivamente os senhores Luis Carlos Pinagé e Helcio Souza.

No mesmo período, houve uma série de contatos com instituições de pesquisa do país que trabalham com manejo de recursos naturais para florestas tropicais, visando reunir informações que permitissem a elaboração de uma proposta concreta e exequível de projetos que viabilizem uma sustentabilidade dos recursos naturais da Área Menkragnoti.

Com as informações reunidas em todos estes contatos, aliado ao conhecimento da realidade local adquirido pelo Staff da FMV, (quando da sua convivência em área por ocasião da demarcação), o técnico de projetos elaborou um documento subsídio para a reflexão interna da FMV sobre as possíveis linhas de ação. A partir deste, foram elaboradas propostas de ação a curto prazo, que marquem a presença da FMV entre os Menkragnoti e Mentuktire, desencadeando o diálogo com aquelas comunidades, enquanto se trabalha na elaboração de um programa integrado de ação, com a assessoria da Câmara Kayapó.

Parque Indígena do Xingu	C-Relatorio da Viagem	de desenvolvimento
Parque Indígena do Xingu	C-Relat'rio da Viagem	de desenvolvimento
Parque Indígena do Xingu	C-Relatorio da Viagem	de desenvolvimento
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

1-0s Postos Indigenas.

Constituem a espinha dorsal e a manifestação concreta e orgânica de toda a estrutura administrativa da FUNAI no Parque do Xingu. Sua característica mais marcante está no fato de serem administrados pelos próprios índios que, contratados como funcionários, ocupam a grande maioria dos cargos. Os P.I. centralizam o apoio administrativo, o atendimento a saúde, o sistema de comunicação.

Pela estrutura física e logística, são os principais pontos de apoio para as equipes de projetos da FMV. Boa parte do tempo de minha viagem inicial ao Parque, na qual me deixei conduzir pela lógica tradicional de recepção aos agentes de projetos, fiquei atrelado aos Postos, pois os mesmos acabam centralizando qualquer movimento dentro do Parque.

Representam, à primeira vista, uma estrutura deixada pelo assistencialismo que caracterizou durante muito tempo a ação do Estado dentro do Parque. Historicamente, a medida que a ação estatal foi se ausentando, os índios foram paulatinamente assumindo a estrutura deixada. Passaram, então a viver a contradição de que ao mesmo tempo que assumir os Postos representa um avanço na busca da própria autonomia, a estrutura deixada não possui mais a força necessária a nível dos recursos governamentais para garantir o atendimento básico dado anteriormente.

O desafio com que as comunidades indígenas se defrontam está em superar a perspectiva paternalista em que algumas lideranças influentes foram formadas para, efetivamente, desenvolverem mecanismos, que lhes permita assumir concretamente e com bases autônomas o atendimento das necessidades básicas das várias aldeias, às quais cada Posto presta apoio.

Esta contradição afeta necessariamente as pessoas que passam a conviver no cotidiano dos Postos, de tal forma que qualquer representante de uma entidade de apoio, é cobrado e pressionado a apoiar nas ações básicas, como se fosse uma obrigação. Não há uma distinção clara dos papéis do Estado e de entidades não governamentais. A lógica da expectativa

projetos desenvolvidos no Parque terem se caracterizado, por ocupar espaços deixados pelo Estado.

2-Cotidiano nas Aldeias

É o espaço privilegiado para o diálogo com as comunidades, e o termômetro mais claro para se avaliar o desenvolvimento dos projetos e o grau de entendimento dos mesmos pelas comunidades.

Nas Aldeias, ao contrário dos Postos, é onde o Técnico de Projetos pode perceber mais claramente as reais demandas, bem como vislumbrar, a partir da experiência concreta das comunidades, projetos que dêem respostas pontuais e consequentes. Este contato direto, permite uma participação ativa dos índios na concepção de projetos, permitindo-lhes assim, assumir a co-responsabilidade na implementação dos mesmos.

A nível de postura, o agente deve abrir mão momentaneamente de muitos hábitos de sua própria cultura, para participar de uma série de práticas cotidianas do grupo, desencadeando assim, um clima de confiança mútua, condição primeira para que a comunidade explicita claramente suas reais necessidades e propostas.

3-O Questionamento dos Índios

Um fato marcante de toda a viagem, foi o constante questionamento que recebi dos índios, quanto a Fundação Mata Virgem e seus projetos.

As observações e comentários evidenciavam na maioria das vezes a existência de dúvidas e falta de informações, e ou informações deturpadas sobre a Fundação e os projetos que desenvolve no Parque.

4-Reuniões Realizadas

Na Aldeia Tuiararé, houve duas reuniões, nas quais procurei explicitar o que é a Fundação Mata Virgem, seus objetivos e a atuação da mesma no apoio a autonomia das culturas indígenas e na preservação das florestas tropicais. A comunidade expôs seus problemas e fez uma série de propostas para novos projetos.

Em diversas reuniões informais em casa dos homens de diversas aldeias, geralmente o papo rolava em torno da FMV.

Reuniões noturnas no Posto de Vigilância BR-080, muitas com a participação do Conselheiro Megaron, envolvendo principalmente os projetos da FMV e sua atuação no Parque.

Reunião no P. de Vigilância Pachicu, próximo a cidade de São José do Xingu, da qual participaram fazendeiros, posseiros e pequenos agricultores vizinhos ao Parque do Xingu. Tinha por objetivo viabilizar conjuntamente com os convidados uma estratégia de proteção da área indígena contra os incêndios, comuns nesta época em toda a região.

5-Os Problemas de Logística

A atuação no acompanhamento e desenvolvimento de projetos, a nível de campo, apresenta problemas práticos na implementação de uma logística que permita uma maior eficiência nas ações em curso. Em minha primeira viagem ao Parque, pude sentir fortemente as dificuldades inerentes a ausência de uma estrutura mínima, principalmente de transporte e de comunicação.

Boa parte do período inicial da viagem, permaneci no Posto de vigilância BR-080, onde atuei no apoio a Demarcação, P. Fronteiras, bem como acompanhei o Conselheiro Megaron Txucarramãe em uma série de atividades na região. Neste período realizei vários deslocamentos para a cidade de São José do Xingu (Banguê-Banguê) para aquisição de combustíveis e comunicação, o que demandava no mínimo 2 dias, devido a dependência de carona ou de carros fretados na cidade.

Os deslocamentos dentro do Parque foram realizados com barcos dos Postos Indígenas e das aldeias, contando sempre com a boa vontade das lideranças no empréstimo dos mesmos. O problema se resumia na falta de autonomia, ficando limitado pela programação dos Postos, que muitas vezes não coincidia com a minha programação, implicando geralmente na espera de dias para realizar as viagens.

O mais difícil no entanto, foram os problemas oriundos da carência nas comunicações. O desenvolvimento do trabalho de campo implica na tomada de uma série de decisões, muitas das quais exigem uma articulação mínima com a coordenação do escritório da FMV em Brasília. As únicas maneiras de comunicação eram através do sistema de rádio comunicação da FUNAI, que se mostrou inviável para comunicações com a FMV, ou através de um único aparelho de rádio que faz conexões com um "fonepet" existente na cidade de S.J. do Xingu e que funciona somente duas horas por dia. Muitas vezes, para um único contato para Brasília, gastava-se dois dias entre o deslocamento e a espera de oportunidade para uso do telefone.

Além do problema de transporte e comunicação, senti a ausência de instrumentos de trabalho que permitissem uma otimização no aproveitamento das visitas as aldeias. Um sistema de vídeo, projetor de slides, gerador de energia entre outros instrumentos seriam de grande valia no processo de discussão e desenvolvimento de projetos e enriqueceriam em muito as visitas as aldeias.

6-A Relação com a Sociedade Envolvente

A atuação no campo não se resume somente ao trabalho com as comunidades indígenas, mas exige um relacionamento com a sociedade envolvente, em vários níveis, desde a busca do simples apoio logístico até o necessário diálogo com uma série de instituições locais.

A complexidade da conjuntura política e econômica da realidade regional faz com que, cada vez mais, sejam frequentes as inter-relações entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente. A própria FMV, para quizer efetivamente cumprir seus objetivos, deve acompanhar permanentemente a dinâmica das relações sociais e econômicas nas regiões onde desenvolve seus projetos.

Durante minha viagem, mantive estreito contato com a realidade do município de São José do Xingu. Ali é o local onde se tem acesso a combustíveis, mantimentos, comunicação, transporte entre outras necessidades. A convivência me permitiu conhecer e participar de uma gama de acontecimentos sociais e políticos locais.

A FMV, enquanto manifestação visível de todo um movimento de apoio as comunidades indígenas e a preservação dos recursos naturais, é um ator no cenário local. Não foi somente uma vez que flagrei olhares de antipatia a minha pessoa, mas que em verdade eram para o que significa a atuação da FMV para os interesses político-econômicos dominantes na região.

Tais fatos trazem a tona alguns pontos que merecem uma reflexão mais profunda. Primeiro, a prática do desenvolvimento de projetos não pode se alienar da realidade regional, que muitas vezes atua como fator determinante, através de uma pressão permanente sobre as comunidades indígenas. A experiência já mostrou que é justamente nesta interface entre a cultura indígena e a sociedade envolvente, que atua a nuance mais primitiva e mesquinha de nossa sociedade, fazendo-se urgente o desenvolvimento de estratégias que a isso se contraponham.

O segundo ponto está no fato de que, com o desenvolvimento de seus projetos, a FMV deverá se fazer mais presente na região. Na medida que seus projetos forem se concretizando, provocar reações das elites locais, possuidoras de perspectivas para a região frontalmente contrárias a uma manutenção das culturas indígenas e a exploração sustentada dos

recursos naturais. Tais reações podem chegar a níveis preocupantes, carecendo portanto de uma plena atenção e devendo mesmo suscitar um aprofundamento interno da questão dentro da Fundação.

D-Atividades no Escritório e Relação com Staff:

As atividades do "Project Developer" iniciaram-se em 06 de maio último. Durante este período, dois meses foram de trabalho em área, e o restante de trabalho no escritório da Fundação Mata Virgem em Brasília. Durante este período foram elaborados os projetos: "Escola dos Povos Xinguanos", "Kaytuka", "P. Panará", "P. de Comercialização dos Excedentes Ocasionais", "Subsídios para um Plano Integrado de Ação para a Área Menkragnoti", que levou a elaboração da "Proposta de Plano Integrado de Ação", "Relato da Situação da Área Menkragnoti" bem como a elaboração do presente relatório.

A rotina girou em torno da elaboração de Projetos. A metodologia utilizada foi basicamente a pesquisa bibliográfica (nos arquivos da FMV e de entidades indigenistas de Brasília), além de contatos com pesquisadores indigenistas, a discussão com lideranças indígenas.

Uma contribuição, não menos importante, deu-se no processo de reflexão interno da equipe de trabalho da FMV. A medida que se desenvolvia a sistematização dos trabalhos escritos, estes automaticamente provocavam um processo interno de amadurecimento e aprofundamento sobre cada projeto, levando a uma retroalimentação de informações da equipe como um todo.

A função do "Project Developer" manter-se permanentemente informado e acompanhando o universo indígena e indigenista como um todo. Deve ter a capacidade de fazer análises das conjunturas políticas tanto do universo indígena quanto da realidade envolvente as comunidades indígenas, tendo sempre como referencial para estas análises o ponto de vista da FMV. Esta busca do máximo de consciência da realidade deverá se refletir em projetos que efetivamente estejam preparados para responder aos desafios concretos e reais colocados as comunidades indígenas.

É de se enfatizar que, estes sete meses de atividades, são insuficientes para uma inserção efetiva nesse amplo universo de trabalho no qual esta envolvida a FMV.

A nível das relações inter-pessoais com a equipe da FMV, pude perceber uma melhora crescente com o tempo em afinidade e sincronia da equipe como um todo. Constitui-se numa equipe relativamente pequena para a amplitude de tarefas que lhe é exigida. Não são poucas as vezes em que o trabalho se estende por tempo bem maior que o horário normal do expediente. A característica mais marcante é a garra, dedicação e entusiasmo com o trabalho. Sendo que boa parte do trabalho que realizei teria uma qualidade bem menor se não fossem feitos a partir da contribuição do Staff, o que caracteriza um verdadeiro trabalho de equipe.

VI-CONCLUSÕES

A rápida análise dos projetos desenvolvidos pela FMV, suscita-me uma série de questionamentos. Gostaria de me ater a dois aspectos: primeiramente, na questão já debatida pela FMV/RFFI, quanto a delimitação dos campos de atuação da agência indigenista estatal e das ONGs que trabalham com os índios. E o segundo, quanto ao estilo de relacionamento com as lideranças indígenas desenvolvido pela FMV e suas consequências sobre a prática de seus projetos.

O abandono vivido pela grande maioria das comunidades indígenas brasileiras provoca dramáticas consequências, desde a quase extinção física de alguns grupos até um aumento considerável na pressão sobre os recursos naturais dos seus territórios. A convivência com as comunidades indígenas geralmente demonstra que suas maiores demandas são no atendimento de suas necessidades básicas, sendo que a nova realidade de contato ampliaram estas necessidades a níveis que os padrões tradicionais são incapazes de suprir. Na ausência do Estado, vem se tornando comum as comunidades procurarem aliados de várias matizes que venham em seu auxílio.

A diversidade de realidades enfrentada pela FMV assinalam um confronto permanente, ora com os resquícios do modelo assistencialista governamental; como ocorre no PIX; ora com as consequências da ausência completa de qualquer apoio do governo; como exemplo temos a A. Menkragnoti.

A realidade vem mostrando que, quando as comunidades não possuem aliados que lhes valorizem enquanto etnia diferenciada, acabam sendo vítimas de um apoio interesseiro dos poderes expurios e mesquinhos da sociedade envolvente. A consequência mais evidente é a desestruturação cultural e destruição dos recursos naturais. Se os valores do verde ecológico não se faz presente, a ambição verde dos dolares acaba prevalecendo.

Os projetos desenvolvidos até o presente pela FMV apresentam uma firme inclinação em ocupar vazios deixados pelo modelo assistencial da ação estatal. O desafio que lhe é colocado esta em conseguir implementar uma ação distinta daquela desenvolvida pelo Estado e que primem principalmente por experiências que levem as comunidades indígenas à construção de uma maior autonomia, a médio e longo prazo, no atendimento das necessidades básicas.

Um outro aspecto que carece de uma análise na prática do desenvolvimento de projetos na FMV, relaciona-se com a tendência da discussão dos projetos serem feitas com as lideranças indígenas mais vinculadas a estrutura organizacional governamental, em detrimento das lideranças mais tradicionais presentes nas aldeias. Para que as ações da FMV tenham maior alcance e inclusive possam atender outras faixas de demandas, principalmente aquelas centradas nas necessidades das aldeias, torna-se necessário diversificar e ampliar seu universo de

artaculações com as lideranças indígenas. Possibilitando
dessa forma que a FMV cristalize de forma clara sua própria
identidade, inclusive experimentando modelos alternativos,
fundamental para que as próprias comunidades xinguanas possam se
referenciar.